

Educação Física para os “tigres nordestinos”

Crescimento econômico do Ceará, Piauí e Maranhão traz novos desafios para o CREF5/CE-PI-MA

CEARÁ, PIAUÍ E MARANHÃO VIVENCIAM plenamente a nova realidade nordestina, caracterizada por um ritmo de crescimento econômico extremamente acelerado, fenômeno já conhecido como “tigres nordestinos”. O resultado é que, com a escalada social de milhões de pessoas, serviços de Educação Física são cada vez mais requisitados nesses estados, tornando intensa a atuação do CREF5/CE-PI-MA – é o que relata o presidente do Conselho, Antônio de Pádua Muniz Soares (CREF 000002-G/CE).

Profissional com especialização em Educação Física Escolar e em Gestão Pública, Pádua cumpre seu segundo mandato como presidente do CREF5/CE-PI-MA. Nesta entrevista, ele detalha a atuação do Conselho para assegurar serviço de qualidade à sociedade e a defesa do profissional.

Qual o ano de criação do Conselho e que curva de desenvolvimento teve até hoje?

O CREF5/CE-PI-MA foi criado em 1999, com 651 registros. Hoje, temos mais de 10 mil, entre pessoas físicas e jurídicas.

Desde que o CREF foi criado, o que mudou em sua região, em termos de benefícios sociais?

As Regiões Norte e Nordeste, desde o ano de 1999 até os dias atuais, obviamente alcançou avanços sociais nas áreas de habitação, educação e saúde. Com o aumento do poder aquisitivo das classes sociais mais baixas, a população pôde melhorar o nível de qualidade de vida, o que ocasionou um aumento na procura do Profissional de Educação Física e, conseqüentemente, maior possibilidades de acesso ao mercado de trabalho para esses profissionais.

Que parcerias públicas ou privadas o Conselho Regional angariou?

Fizemos parcerias com a Vigilância Sanitária, o Programa Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor do Ceará (DECON), Ministério Público dos três estados, Ceará, Maranhão e Piauí; Fundação Demócrito Rocha, Qualicorp Seguros, prefeituras e governo do estado do Ceará.





Quais as principais conquistas do Conselho frente a parlamentares e ações de órgãos públicos nos estados de jurisdição?

Promovemos discussão e ampla conscientização, junto aos gestores municipais, quanto à edição de Projetos de Leis no que concerne a obrigatoriedade da contratação de profissionais registrados nos estabelecimentos com atividades preponderantes em atividade física, inclusive em clubes, academias. Também levantamos questionamento junto à Secretaria de Educação do Ceará (SEDUC) sobre a legalidade e legitimidade dos postulantes ao cargo público de professor no Estado do Ceará, inclusive com medida liminar para que a SEDUC demonstrasse todos os títulos dos candidatos. E promovemos ações em várias cidades, dos três estados, em defesa da Educação Física Escolar, principalmente nas séries iniciais.

E as fiscalizações, como andam?

Em 2011, realizamos 1.445 fiscalizações, em 63 cidades visitadas. Foram contabilizados 715 autos de infração cometidos por pessoa física e 432 de pessoas jurídicas. As fiscalizações contam com o apoio da Vigilância Sanitária, do DECON e do Ministério Público.

Quais os eventos e cursos promovidos pelo Conselho?

Promovemos diversos eventos, como as Caminhadas da Saúde, o Projeto Olimpíada e Cidadania, que atu-

alizou mais de 12 mil pessoas, dentre elas, profissionais e acadêmicos de Educação Física, e docentes da rede pública dos três estados; o Fórum das Instituições de Ensino Superior e o Seminário Luso-Brasileiro de Educação Física Escolar, além de prestarmos homenagem aos pioneiros na luta pela regulamentação da profissão. Também celebramos convênio com o Ministério do Trabalho para a realização de curso de Qualificação Social e Profissional no setor de serviços, voltado para profissionais provisionados de Educação Física do Ceará. No Dia do Profissional de Educação Física, promovemos jantar comemorativo, com entrega do Troféu Discóbolo.

E os espaços conquistados pelo seu Conselho em termos de regulamentação?

Encaminhamos ofícios a concursos públicos municipais e estaduais que apresentaram irregularidades nos requisitos de investidura de cargo, como exigência de nível médio ou a falta de exigência do registro profissional. Além disso, manifestamos nosso descontentamento com a SEDUC e o município de Maracanaú (CE), pelo fato de escolas das duas redes de ensino estar suprimindo aulas de Educação Física da grade curricular. E na Câmara Municipal de Fortaleza, está tramitando um Projeto de Lei que regulamenta a atuação do Profissional de Educação Física nas escolas públicas municipais. ❏